



Poder Judiciário  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013 PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ  
DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

SEGUNDA ETAPA – PROVA ESCRITA DISCURSIVA

**QUESTÃO 1** - À luz do que estabelece a Carta Magna, está o auditor fiscal do Trabalho autorizado a reconhecer a ilicitude de terceirização e, conseqüentemente, aplicar à empresa que entende ser a real empregadora multa administrativa por falta de anotação da CTPS, ainda que o documento esteja anotado pela empresa prestadora dos serviços terceirizados? Qual a ação cabível para a desconstituição de auto de infração relativo a atuação por terceirização ilícita decorrente de subordinação estrutural? Justifique suas respostas. (DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO, DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO)

**QUESTÃO 2** - A participação do advogado para a solução dos conflitos trabalhistas diante do devido processo constitucional e do artigo 133 CR/88. A questão dos honorários advocatícios - sucumbenciais e obrigacionais - nas lides não decorrentes da nova competência advinda da EC 45/2004. Disserte. (DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CIVIL E DIREITO CONSTITUCIONAL)

**QUESTÃO 3** - Terceirização da atividade de call center nas empresas de telecomunicações. Para além do debate acerca da "atividade fim" e "atividade meio", analise a questão à luz do processo constitucional, da atuação do Parlamento e do Supremo Tribunal Federal, considerando os diálogos institucionais e as transformações sociais possíveis. (DIREITO DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA)

**QUESTÃO 4** - Pedro trabalhava para a família Silva como empregado doméstico. A CTPS foi anotada em 20/06/2004 pela mulher, Maria, que deixou de residir no local de prestação de serviço do referido empregado em face da dissolução da sociedade conjugal em 04/02/2013. Pedro continuou trabalhando na residência para João, ex esposo, e os filhos do casal. O empregado foi dispensado em 05/05/2014 sem receber as verbas trabalhistas devidas. Ajuizou ação trabalhista em face de Maria e de João pleiteando a condenação solidária, na eventualidade subsidiária, ao pagamento de horas extras e de verbas rescisórias, como também anotação de data de saída em sua CTPS. Analise o caso à luz do Direito Constitucional, Civil e do Trabalho, bem como dos princípios e institutos jurídicos aplicáveis. (DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO CIVIL, DIREITO DO TRABALHO)



Poder Judiciário  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013 PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ  
DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

SEGUNDA ETAPA - PROVA ESCRITA DISCURSIVA

**QUESTÃO 5** - Provas ilícitas, provas ilegítimas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas. A busca da verdade real no processo. Explique e exemplifique. (DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E DIREITO CONSTITUCIONAL).

**QUESTÃO 6** - O trabalho em condições análogas à de escravo: conceituação à luz do princípio da dignidade humana, desafios, normatização e jurisprudência. (DIREITO DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL)

**QUESTÃO 7** - Tutelas individual e coletiva no direito processual brasileiro contra as condutas antissindiciais praticadas pelo empregador. Discorra. (DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO)

**QUESTÃO 8** - Autorização para o trabalho infantil: competência, atribuições e desafios do Magistrado do Trabalho sob a ótica do Estatuto da Criança e do Adolescente. (DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO)

**QUESTÃO 9** - Tutela dos direitos humanos: eixos jurídicos, campos de incidência e interação, princípios aplicáveis e instrumentos para efetividade, conteúdo ético. Disserte. (NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, DIREITO DO TRABALHO)

**QUESTÃO 10** - Responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais trabalhistas: conceito, correntes e jurisprudência. (DIREITO PENAL, DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO).

7/10/13